

CNJ vai investigar fraudes em documentos de cartórios no PI

Escrito por Saraiva

Sáb, 31 de Maio de 2014 00:24 - Última atualização Sáb, 31 de Maio de 2014 00:31



O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Ministério da Previdência Social, vai apurar os indícios de fraudes (documentos falsos) em 113 cartórios de nove estados, citados em investigação de uma força-tarefa federal. Entre os cartórios estão alguns do Piauí. De acordo com o CNJ, as fraudes contra a Previdência causaram, desde 2003, prejuízos de cerca de R\$ 4,5 bilhões, sendo R\$ 118 milhões no ano passado.

Em 90% dos casos, houve a utilização de documentos falsificados, sobretudo certidões de registro civil. O assunto foi discutido em Brasília/DF durante reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em que estiveram presentes diversas instituições. A reunião teve a participação de entidades representativas dos cartórios, entre elas a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/Brasil). Foram discutidas estratégias de prevenção de fraudes com documentos falsos, como, por exemplo, o compartilhamento de informações, a realização de campanhas educativas na mídia e a elaboração de cartilha com orientações sobre o combate a esse tipo de crime. O encontro também definiu que o Ministério da Previdência vai encaminhar ao CNJ a relação de 113 cartórios situados nos estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins. Eles são citados em investigações realizadas pela Força-Tarefa Previdenciária (FTP), que reúne o Ministério da Previdência Social (MPS), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. No CNJ, as informações sobre os cartórios serão analisadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, responsável pelo controle administrativo dos serviços extrajudiciais. Coordenação - O CNJ e o MPS respondem pela coordenação da Ação 12 da Enccla para este ano. Ela acompanha a implantação do Sistema Integrado de Informações de Registro Civil (SIRC) e discute o reforço da segurança do registro civil de pessoas naturais, inclusive o tardio.

CNJ vai investigar fraudes em documentos de cartórios no PI

Escrito por Saraiva

Sáb, 31 de Maio de 2014 00:24 - Última atualização Sáb, 31 de Maio de 2014 00:31

